



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**

**LEI Nº 20.531, DE 19 DE JULHO DE 2019.**

**Mensagem de Veto.**

Institui a Política Estadual de Prevenção à Violência contra Profissionais da Educação e Alunos; estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência; revoga as [Leis nºs 17.294](#), de 25 de abril de 2011, [17.144](#), de 10 de setembro de 2010, e [16.295](#), de 02 de julho de 2008, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da [Constituição Estadual](#), decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Prevenção à Violência e de Assistência às Vítimas no âmbito escolar e acadêmico no âmbito das unidades de ensino estaduais e privadas localizadas no Estado de Goiás, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A Política referida no *caput* tem como diretrizes:

I - estimular a reflexão nas unidades de ensino e respectivas comunidades acerca da violência contra profissionais da educação e alunos, tanto no ambiente escolar e acadêmico como em suas imediações, bem como analisar as estatísticas sobre as principais ocorrências;

II - desenvolver atividades conjuntas, voltadas à conscientização e ao combate à violência contra os profissionais da educação e alunos, de modo a envolver, além destes, também pais, demais membros da comunidade escolar, autoridades públicas, especialistas na matéria, conselhos de escolas, entidades sociais e comunitárias, dentre outros;

III - discutir e implementar medidas preventivas e cautelares que possam ser adotadas no seio da comunidade escolar e acadêmica, visando à gradativa redução e à eliminação da violência contra os profissionais da educação e alunos;

IV - ampliar o banco de dados e informações pertinentes a serem encaminhadas às autoridades competentes;

V - levantar e fixar procedimentos a serem adotados objetivando à pronta assistência aos profissionais da educação e aos alunos que sofrerem ameaças ou atos de violência, bem como as medidas em relação ao infrator;

VI - divulgar à sociedade os resultados obtidos durante a realização de campanhas educativas e demais atividades correlatas;

VII - promover articulação com a Comissão Estadual de Pacificação Social - CEPAS, criada no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública pelo Decreto nº [8.272](#), de 10 de novembro de 2014, e demais órgãos e conselhos afins, com vistas à proposição de alternativas e soluções aos problemas detectados.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - profissionais da educação, os professores, gestores escolares, diretores e demais servidores ou funcionários, inclusive terceirizados, estagiários, voluntários e/ou contratados a qualquer título, que trabalhem no ambiente escolar;

II - alunos, os discentes regularmente matriculados em unidade de ensino;

III - violência, qualquer ação ou omissão praticada contra alunos e/ou profissionais da educação, que cause morte, lesão corporal, dano patrimonial ou psicológico, inclusive ameaça à integridade física, psíquica ou patrimonial, no interior ou nas imediações de unidades de ensino.

**CAPÍTULO II**

## **DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

Art. 3º Para fins de prevenção à violência nas escolas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - realização de seminários, palestras, debates e eventos congêneres nas unidades de ensino sobre o tema da violência no ambiente escolar e acadêmico, no mínimo 1 (uma) vez ao ano;

II - aproveitamento de equipes multidisciplinares da estrutura administrativa da secretaria escolar e acadêmica para mediação de conflitos no âmbito das unidades de ensino e acompanhamento psicológico, social e jurídico da vítima no ambiente escolar;

III - promoção de formação para os membros da comunidade escolar que serão responsáveis pelos procedimentos definidos nesta Lei e para a equipe multidisciplinar a que se refere o inciso II deste artigo;

IV - em se tratando de unidades da rede estadual de ensino, habilitação e manutenção de protocolos on-line por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações -SEI-para registro de ameaça ou agressão física ou verbal, com fácil acesso e uso e com ampla divulgação, ressalvados os casos de sigilo, nas unidades de ensino e nas superintendências regionais de ensino;

V - outras medidas voltadas à redução ou à eliminação da violência no ambiente escolar e acadêmico.

Parágrafo único. As unidades de ensino privadas, se não integradas ao sistema de que trata o inciso IV deste artigo, manterão controle próprio para a finalidade ali indicada.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS EM CASO DE AGRESSÃO FÍSICA OU VERBAL OU DE AMEAÇA**

Art. 4º (VETADO).

I - (VETADO);

II - (VETADO):

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO);

d) (VETADO);

e) (VETADO);

III - (VETADO):

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO);

d) (VETADO).

Art. 5º (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO).

Art. 6º (VETADO):

I - (VETADO):

a) (VETADO);

b) (VETADO);

II - (VETADO).

### **CAPÍTULO IV**

## **DAS MEDIDAS COMPLEMENTARES OU PREVENTIVAS**

Art. 7º (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO).

§1º (VETADO):

I - (VETADO):

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO).

§2º (VETADO).

§3º (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO).

## **CAPÍTULO V**

### **DAS SANÇÕES**

Art. 8º (VETADO):

I - (VETADO):

a) (VETADO);

b) (VETADO);

c) (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO).

§1º (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO);

§2º (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO);

a) (VETADO);

b) (VETADO).

§3º (VETADO).

§4º (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO).

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 9º (VETADO).

Art. 10. (VETADO).

Art. 11. As disposições desta Lei se aplicam, no que couber, à política de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying", disciplinada em legislação específica.

Art. 12. Revogam-se as seguintes leis:

I - [Lei nº 16.295](#), de 02 de julho de 2008;

II - [Lei nº 17.144](#), de 10 de setembro de 2010;

III - [Lei nº 17.294](#), de 25 de abril de 2011.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, e m Goiânia, 19 de julho de 2019, 131º da República.

RONALDO RAMOS CAIADO

(D.O. de 23-07-2019)

*Este texto não substitui o publicado no D.O. de 23-07-2019.*

Autor	Deputado Virmondes Cruvinel
Nº do Projeto de Lei	2018004694
Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Poder Legislativo Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
Veto	Ofício Nº 437 / 2019
Categoria	Educação